

PE-010/2023

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS PARA OS  
EMPREGADOS DO CREA-MG  
(EXCLUSIVO ME/EPP)



**CREA-MG**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Minas Gerais

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E  
AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, 01 de Março de 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

Processo de Compra/Serviço nº	029/2023
Objeto	Seguro de vida em grupo com cobertura para morte por qualquer natureza/causa e acidentes pessoais para os empregados do Crea-MG, com adesão compulsória e não contributária e cobertura adicional em Auxílio Funeral.
Tipo de Licitação	<u>MENOR PREÇO GLOBAL – GRUPO (LOTE) ÚNICO</u>
Fundamento Legal	Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, Decreto n. 10.024, de 20.09.2019, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006 e suas alterações, Decreto n. 7.174, de 12.05.2010 e, subsidiariamente, a Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 8.078/90.
Abertura da Sessão Pública	<u>28 DE MARÇO DE 2023</u> <u>09H00MIN</u> (HORÁRIO BRASÍLIA)
Telefone	(31) 3299-8782 (31) 3299-8964
E-mail	licitacoescrea@crea-mg.org.br
Endereço	Avenida Álvares Cabral, n.º: 1.600, 4º Andar, Bairro: Santo Agostinho, CEP: 30.170-917, Belo Horizonte / MG



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

### SUMÁRIO

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES .....	1
EDITAL .....	3
1 DO OBJETO .....	3
2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	4
3 DO CREDENCIAMENTO .....	5
4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO .....	5
5 DO ENVIO DAS PROPOSTAS .....	7
6 DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	11
8 DA HABILITAÇÃO .....	14
9 DAS AMOSTRAS, TESTES E APRESENTAÇÕES .....	20
10 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	20
11 DOS RECURSOS .....	21
12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	22
13 DO TERMO DE CONTRATO .....	22
14 DA GARANTIA .....	24
15 DA VIGÊNCIA .....	24
16 DO PREÇO E REAJUSTE .....	24
17 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	25
18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA .....	26
19 DO PAGAMENTO .....	27
20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	29
21 DA VISITA TÉCNICA .....	34
22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	34
23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	35
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	38
ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA .....	52
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....	53
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO .....	54
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO .....	54
CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO .....	55
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA .....	55
CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA / REALIZAÇÃO DO OBJETO .....	56
CLÁUSULA QUINTA – LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO .....	56
CLÁUSULA SEXTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO .....	56
CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR .....	56
CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	57
CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO .....	57
CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES .....	59
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	59
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .....	61
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	63
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO .....	65
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES .....	65
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA .....	65
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS .....	66
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO .....	67
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	67
CLÁUSULA VIGÉSIMA – LGPD .....	67
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO .....	69



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**  
**EXCLUSIVO ME/EPP**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG, por meio do(a) Pregoeiro(a) Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 191/2022, sediado à Avenida Álvares Cabral, n.º 1.600, Bairro: Santo Agostinho, CEP: 30.170-917, Belo Horizonte/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL- GRUPO (LOTE) ÚNICO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 3.555, de 08 agosto de 2000, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, bem como as exigências estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO: 28 DE MARÇO DE 2023, HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09H00MIN**  
**LOCAL: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**  
**CÓDIGO DA UASG: 389089**

**1 DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de seguro de vida em grupo com cobertura para morte por qualquer natureza/causa e acidentes pessoais para os empregados do Crea-MG, com adesão compulsória e não contributária e cobertura adicional em Auxílio Funeral, cujos serviços serão utilizados pelos empregados do Crea-MG**, conforme as condições definidas no Termo de Referência, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados – MF (SUSEP) e conforme especificações e condições constantes deste Edital e Anexos.

**1.1.1** O objeto desta contratação deverá contemplar os itens abaixo:

Item/Descrição	Capital Segurado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/Causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

**a) Indenização por Morte – Qualquer Natureza/Causa** - Garante o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário(s) do segurado, em caso de falecimento do segurado durante a vigência do seguro, no caso de morte por qualquer natureza/causa, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**b) Indenização por Morte Acidental** – pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s) do segurado, no caso de morte por acidente, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**c) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente** – pagamento de uma indenização ao próprio beneficiário, em decorrência de invalidez permanente, total ou parcial por acidente, relativa à perda anatômica funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física, causada por acidente coberto que ocorra a partir da data estabelecida para início de vigência desta cláusula. A indenização corresponderá a um percentual de até 100% do capital segurado para a cobertura relativa à Morte Acidental. O cálculo do valor da



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**d) Auxílio-funeral** - cujo valor será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser pago ao(s) dependente(s) por ocasião do falecimento do beneficiário empregado.

**1.1.2** A CONTRATANTE possui, no ato de elaboração do Termo de Referência, um total de **318 (trezentos e dezoito) empregados**, de provimento efetivo e recrutamento amplo ativos e esses serão amparados pelo objeto de contratação. O número de empregados poderá sofrer variação ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.

**1.1.3** A licitação será **EM GRUPO (LOTE) ÚNICO**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se a licitante a participação em quantos grupos (lotes) forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**1.2** As especificações detalhadas do objeto são as constantes do ANEXO I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

**1.3** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as descritas no Edital e Anexos.

**1.4** O(s) proponente(s) se submete(m) aos termos deste Edital, com os quais desde já concorda(m).

## 2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1** A despesa global com o fornecimento de que trata o objeto foi estimada em **R\$ 74.335,68 (SETENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)**, conforme o orçamento estimativo, constante do processo de compras 0029/2023 e Planilha Orçamentária (ANEXO II).

**2.1.1** Os valores estimados do **GRUPO (LOTE) ÚNICO** são os seguintes:

Item/Descrição	Valor Cobertura	Quant	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/causa	<b>R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)</b>	<b>318 (trezentos e dezoito)</b>	R\$ 19,48	R\$ 6.194,64	R\$ 74.335,68
Indenização por Morte Acidental	<b>R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)</b>				
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	<b>Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)</b>				
Auxílio Funeral	<b>R\$ 7.000,00 (sete mil reais)</b>				

*Obs.: O número de empregados ativos poderá sofrer alteração, tanto na implementação quanto ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.*

**2.1.2** Não obstante a quantidade estimada no item 2.1.1, o valor efetivamente pago mensalmente pelo Crea-MG dependerá da quantidade de vidas integrantes da apólice, levando em conta que o quadro de empregados do Crea-MG poderá sofrer variações (inclusões/exclusões) ao longo da vigência.

**2.2** O valor estimado pelo CREA-MG, seja ele global, por grupo (lote) ou de cada item, é o limite



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

máximo aceitável por esta Administração para contratação, sob pena de desclassificação, conforme dispõe o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93.

- 2.3 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREA-MG para o exercício de **2023**, na classificação abaixo:

<b>6.2.2.1.1.01.04.01.006</b>	<b>SEGURO DE VIDA EMPREGADOS</b>
-------------------------------	----------------------------------

- 2.4 No(s) exercício(s) seguinte(s) correrá (ão) à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 3 DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
- 3.3 **O CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA IMPLICA A RESPONSABILIDADE DA LICITANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL E A PRESUNÇÃO DE SUA CAPACIDADE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INERENTES A ESTE PREGÃO.**
- 3.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados apresentados no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1 **PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO INTERESSADOS CUJO RAMO DE ATIVIDADE SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, E QUE ESTEJAM COM CREDENCIAMENTO REGULAR NO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, CONFORME DISPOSTO NO §3º DO ARTIGO 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 2, DE 11.10.10.**
- 4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

#### 4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, as licitantes com Sanções ativas de Suspensão Temporária de Participação em Licitação, Impedimento de Contratar ou Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, restritos à administração do CREA-MG e/ou à Administração Pública Federal, seja ela Direta ou Indireta.
- 4.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 4.3.3 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.3.4 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- 4.3.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 4.3.6 Fica vedada a participação, concomitantemente, de empresas cujo quadro societário seja composto pelos mesmos sócios ou qualquer um deles.
- 4.3.7 Não poderá participar direta ou indiretamente desta Licitação, empresa da qual participe, de qualquer forma, empregado, membros do Conselho, Inspectores ou dirigentes do CREA-MG.
- 4.3.8 A observância das vedações aqui descritas é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de desclassificação.

#### 4.4 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- 4.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
  - 4.4.1.1 A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus Anexos.
- 4.4.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4.4.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.4.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.6 De não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.4.7 De Acessibilidade, conforme disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Declara a ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitação da previdência social e que, se aplicando ao número de funcionários da empresa, atento às regras de acessibilidade prevista na legislação.
- 4.4.8 Que cumpre os requisitos do decreto 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.5 A simples apresentação da PROPOSTA neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 4.6 A comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 4.7 **CABE À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.**

## 5 DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.2 **A LICITANTE SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS TRANSAÇÕES QUE FOREM EFETUADAS EM SEU NOME NO SISTEMA ELETRÔNICO, ASSUMINDO COMO FIRMES E VERDADEIRAS SUAS PROPOSTAS E LANCES.**
- 5.3 A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.4 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5 **A LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR OS VALORES UNITÁRIOS E MÁXIMOS ESPECIFICADOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.**
- 5.6 **SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA COMERCIAL COM VALOR GLOBAL SUPERIOR AO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 5.7 A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: “Conforme Edital”. É vedada a inclusão de qualquer símbolo, nome estranho ou papel timbrado que a identifique, sob pena de desclassificação.
- 5.7.1 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, considerando-se que pelo preço proposto a licitante obrigará-se ao descrito neste Edital e Anexos.
- 5.7.2 A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 5.7.3 **EM CASO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, PREVALECERÁ O PREÇO UNITÁRIO, DA MESMA FORMA QUE PREVALECERÁ O VALOR EXPRESSO POR EXTENSO SOBRE O VALOR NUMÉRICO.**
- 5.8 **SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE NÃO ATENDEREM ÀS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), SEJAM OMISSAS OU APRESENTEM IRREGULARIDADES, OU DEFEITOS CAPAZES DE DIFICULTAR O JULGAMENTO.**
- 5.9 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 5.10** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive de entrega dos produtos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.
- 5.11** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, a licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.12 O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO SERÁ INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO.**
- 5.13 APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES, A(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S), DATADA(S) E AJUSTADA(S) COM OS LANCES OFERTADOS, DE PLENO ACORDO COM TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS, DEVERÁ(ÃO) SER ENVIADA(S) EXCLUSIVAMENTE, COMO ANEXO, ATRAVÉS DA FUNÇÃO “ENVIAR ANEXO/PLANILHA ATUALIZADA”, DISPONIBILIZADA PELO(A) PREGOEIRO(A) NA FASE DE ACEITAÇÃO, IMPRETERIVELMENTE NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, SOB PENA DE SER RECUSADA PELO(A) PREGOEIRO(A) E A LICITANTE DESCLASSIFICADA.**
- 5.13.1** Os anexos deverão ser enviados em arquivos específicos: tipo “xls”, compatível com o aplicativo Microsoft Excel 97, tipo “doc” ou “docx”, compatível com o aplicativo Microsoft Word, ou ainda, em formato não editável do tipo “pdf”.
- 5.13.2** Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivo para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 5.13.
- 5.13.3** O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 5.14 Em caso de pequena divergência entre o preço da proposta comercial e o valor homologado pelo (a) Pregoeiro (a), em função de dízima periódica; será considerado o menor valor, caso a licitante não corrija sua proposta comercial.**
- 5.14.1** Para obtenção dos **preços totais** aplicar-se-á o critério de arredondamento da Norma ABNT NBR 5891, quando da ocorrência de frações de centavo e dízimas.
- 5.15** No caso de o Grupo (Lote) ser composto por mais de um item, a proposta comercial deverá atender à totalidade global da quantidade exigida no Grupo (Lote), não sendo aceitas aquelas propostas que contemplem apenas parte do Grupo (Lote).
- 5.16** O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:
- 5.16.1** proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, cotação dos valores unitários e totais por item, marca e referência ou modelo, de acordo com as especificações constantes do Edital, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas duas casas decimais após a vírgula;
- 5.16.2** prazo de entrega conforme as especificações deste Edital e Anexos;
- 5.16.3** declaração expressa de que todos os tributos, custos, inclusive de entrega, e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- 5.16.4** indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF e endereço;
- 5.16.5** indicação do telefone para contato, e-mail comercial;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 5.16.6** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **devendo estar DATADA e a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.**
- 5.16.7** Informações dos dados bancários (Banco, Agência, Conta).
- 5.17** A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo III deste Edital como Modelo para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.
- 5.18** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.
- 5.19** Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## **6 DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2** **ABERTA A SESSÃO O (A) PREGOEIRO (A) VERIFICARÁ AS PROPOSTAS APRESENTADAS, DESCLASSIFICANDO DESDE LOGO AQUELAS QUE NÃO ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E ANEXOS, CONTENHAM VÍCIOS INSANÁVEIS OU NÃO APRESENTEM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E MODELO DE PROPOSTA (ANEXO III).**
- 6.2.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes.
- 6.2.2** A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e as licitantes.
- 6.5** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, valor total do grupo (lote) ou percentual de desconto.
- 6.6** Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo MENOR VALOR GLOBAL POR GRUPO (LOTE) ÚNICO.
- 6.7** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e Anexos.
- 6.8** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.8.1** O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.9** Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período da sessão pública.
- 6.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.16** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertada, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.19** **ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, SERÁ EFETIVADA A VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA, JUNTO À RECEITA FEDERAL, DO PORTE DA ENTIDADE EMPRESARIAL. O SISTEMA IDENTIFICARÁ EM COLUNA PRÓPRIA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS PARTICIPANTES, PROCEDENDO À COMPARAÇÃO COM OS VALORES DA PRIMEIRA COLOCADA, SE ESTA FOR EMPRESA DE MAIOR PORTE, ASSIM COMO DAS DEMAIS CLASSIFICADAS, PARA O FIM DE APLICAR-SE O DISPOSTO NOS ARTS. 44 E 45 DA LC Nº 123, DE 2006, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538 DE 2015.**
- 6.20** **CASO A MELHOR OFERTA VÁLIDA TENHA SIDO APRESENTADA POR EMPRESA DE MAIOR PORTE, AS PROPOSTAS DE LICITANTES QUALIFICADAS COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE ENCONTRAREM NA FAIXA DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) ACIMA DA PROPOSTA OU LANCE DE MENOR PREÇO SERÃO CONSIDERADAS EMPATADAS COM A PRIMEIRA COLOCADA.**



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.21** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.22** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.25** A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 6.26.1** no País;
  - 6.26.2** por empresa brasileira;
  - 6.26.3** por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
  - 6.26.4** por empresa que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.28** O (a) Pregoeiro (a) poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.
- 6.29** Realizada a diligência, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **7 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1** Para julgamento será adotado o critério de MENOR VALOR GLOBAL POR GRUPO (LOTE) ÚNICO, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.2** O(A) pregoeiro(a) efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.2.1** Nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.2.2** **A NEGOCIAÇÃO SERÁ PROPOSTA PELO(A) PREGOEIRO(A) NO CHAT, QUANDO O (A) MESMO (A) ESTABELECE RAZOÁVEL PRAZO PARA TANTO, SOB PENA DE RECUSA DA NEGOCIAÇÃO.**
- 7.2.3** Fica definido como critério de aceitabilidade da proposta comercial o preço global máximo estabelecido pelo CREA-MG, além do atendimento as condições definidas no presente Edital para composição e apresentação da proposta comercial.
- 7.2.4** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO (LOTE) ÚNICO e o valor estimado da contratação.
- 7.2.5** Em havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do Edital, e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 7.3** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.3.1** **APÓS A NEGOCIAÇÃO COM A LICITANTE, SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA OU O LANCE VENCEDOR COM VALOR SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO POR ITEM OU QUE APRESENTAR PREÇO MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEL.**
- 7.3.2** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5** Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.6** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.7** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexequíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento. Serão desclassificadas, ainda, aquelas que:
- 7.7.1** Contenha vícios ou ilegalidades.
- 7.7.2** Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência.
- 7.7.3** Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.
- 7.8** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o (a) pregoeiro (a) divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor valor global por grupo (lote) único.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.9** O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.2** O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 7.10** Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.11** Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina este Edital e seus Anexos.
- 7.12** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.
- 7.12.1** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.12.2** Todas as licitantes deverão permanecer conectados até que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as providências cabíveis.
- 7.13** Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica prevalecerão aquelas da proposta.
- 7.14** Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.
- 7.15** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante classificada, sendo-lhe validada a sua condição de participar da Fase de Habilitação.
- 7.16** Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei nº 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.
- 7.17** Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.
- 7.18** É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.
- 7.19** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade na legislação pertinente.
- 7.20** O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

CREA-MG para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.

- 7.21** No julgamento das propostas, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todas as licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 8 DA HABILITAÇÃO

- 8.1** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital e consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

- 8.1.2** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

[http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

- 8.1.3** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>

- 8.1.4** **A CONSULTA AOS CADASTROS SERÁ REALIZADA EM NOME DA EMPRESA LICITANTE E TAMBÉM DE SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, POR FORÇA DO ARTIGO 12 DA LEI Nº 8.429, DE 1992, QUE PREVÊ, DENTRE AS SANÇÕES IMPOSTAS AO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, INCLUSIVE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO.**

- 8.1.5** Constatada a existência das Sanções de Suspensão Temporária de Participação em Licitação, Impedimento de Contratar ou Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, com a Administração do CREA-MG ou com a Administração Pública Federal, seja ela Direta ou Indireta, o (a) Pregoeiro (a) reputará a Licitante Inabilitada, por falta de condição de participação.

- 8.2** O (a) Pregoeiro (a), então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, à **HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**, e à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA** conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

- 8.3** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

- 8.4** Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 8.5** A licitante, que esteja com a documentação válida junto ao SICAF, poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema.

- 8.6** As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.6.1** A critério do (a) Pregoeiro (a), a documentação relacionada nos itens abaixo poderá ser solicitada para fins de complementação das informações de habilitação, para aqueles que possuem o SICAF.

## **8.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 8.7.1 A LICITANTE, CADASTRADA OU NÃO NO SICAF, DEVERÁ APRESENTAR A HABILITAÇÃO JURÍDICA, PARA IDENTIFICAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) ADMINISTRADOR(ES), OU COMPROVAÇÃO DE QUE OS PODERES OUTORGADOS AO REPRESENTANTE FORAM CONCEDIDOS POR QUEM DE DIREITO.**
- 8.7.2** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.7.3** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- 8.7.4** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.7.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 8.7.6** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.
- 8.7.7** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 8.7.8** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 8.7.9** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.8 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

- 8.8.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.8.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.8.3** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante.
- 8.8.4** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- 8.8.5** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.8.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.8.7** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.8.8** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.8.9** Caso a licitante detentora do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 8.9 HABILITAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 8.9.1** As licitantes cadastradas ou não no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLT/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

**8.9.1.1** Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do **ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL**, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, **PERMITIDA A APRESENTAÇÃO DE BALANÇOS INTERMEDIÁRIOS, VEDADA A SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS**, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**8.9.1.2** Para fins de avaliação da boa situação financeira da licitante, a licitante deverá apresentar as demonstrações de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**8.9.1.2.1** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado INFERIOR OU IGUAL A 01 (UM) em qualquer dos índices, Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA PROPOSTA.

**8.9.1.2.2** TODAS AS FÓRMULAS DESCRITAS NO ITEM 8.9.1.2 DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE APLICADAS EM MEMORIAL DE CÁLCULOS, ASSINADO PELO CONTADOR DA EMPRESA. AS FÓRMULAS DEVERÃO SER ENVIADAS DENTRO DO BALANÇO PATRIMONIAL OU EM DOCUMENTO



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

SEPARADO DESDE QUE ASSINADO PELO CONTADOR DA EMPRESA.

**OBS: A Licitante deverá utilizar os valores do Balanço Patrimonial enviado na habilitação para o cálculo dos índices citados no item 8.9.1.2.**

- 8.9.1.3** Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, no MÁXIMO 90 (NOVENTA) DIAS da data prevista para entrega das propostas iniciais, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93. Fica valendo o prazo da certidão que contiver data de validade expressa e for expedida dentro de 90 (NOVENTA) DIAS do prazo de entrega da proposta inicial.

## 8.10 HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 8.10.1** A licitante deverá apresentar:

- 8.10.1.1** Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a empresa não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

- 8.10.1.2** Portaria publicada em Diário Oficial, Atestado ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a fim de comprovar que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinentes ao objeto do certame, conforme descrito no Termo de Referência.

- 8.10.1.3** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a prestação direta dos serviços, bem como expressa declaração de boa qualidade dos produtos oferecidos e serviços/produtos prestados, sendo

- 8.10.1.3.1** No mínimo, **01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** de pessoa de direito público e/ou privado que comprove o fornecimento de serviços, no mínimo, em 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo (GRUPO SEGURADO) previsto no Item 5.1 do Termo de Referência, ou seja, 80 (oitenta) seguros.  
**PODERÁ HAVER SOMATÓRIO DE ATESTADOS.**

- a.1)** Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorridos no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- a.2)** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.
- a.3)** O(s) atestado(s) deve(m), obrigatoriamente, ser emitido(s) por cliente final, e conter o nome completo, endereço e o telefone fixo de contato do(s) atestador(es), “e-mail” ou qualquer outro meio com o qual o CREA-MG possa valer-se para manter contato, se necessário.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- a.4) O CREA-MG reserva-se ao direito de verificar “in loco” a qualidade dos serviços/produtos de que trata(m) o(s) atestado(s).
- a.5) Os atestados mencionados deverão conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do CREA-MG, e neles deverão constar no mínimo as informações contidas no modelo do Atestado de Capacidade Técnica e as exigidas neste Edital.

**8.11 OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO RELACIONADOS NOS SUBITENS ACIMA, QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS NO SICAF, DEVERÃO SER APRESENTADOS EM MEIO DIGITAL PELAS LICITANTES, POR MEIO DE FUNCIONALIDADE PRESENTE NO SISTEMA (UPLOAD) JUNTAMENTE COM A PROPOSTA COMERCIAL, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDO PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CONFORME ART. 26 DO DECRETO 10.024 DE 2019.**

- 8.11.1 Somente mediante autorização do (a) Pregoeiro (a) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacoescrea@crea-mg.org.br](mailto:licitacoescrea@crea-mg.org.br).
- 8.11.2 O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

**8.12 POSTERIORMENTE, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NAS FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO SERÃO REMETIDOS OBRIGATORIAMENTE EM ORIGINAL, POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA REPROGRÁFICA, AUTENTICADA POR TABELIÃO DE NOTAS, OU POR SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE CONFERIDOS COM O ORIGINAL, OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DA IMPRENSA OFICIAL, PARA ANÁLISE, NO PRAZO DE ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO COM A EMISSÃO DA ATA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, AO SEGUINTE ENDEREÇO:**

- 8.12.1 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG, Seção de Aquisições, situada na Av. Álvares Cabral, n.º: 1.600, 4º andar, Bairro: Santo Agostinho, CEP: 30.170-917, em Belo Horizonte/MG, em envelope fechado com os seguintes dizeres:

CREA-MG  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2023  
DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A: \_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_  
TELEFONE FIXO: \_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_

- 8.12.2 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.12.3 Em caso de documentação autenticada, é reservado à Seção de Aquisições, o direito de exigir a apresentação dos originais para conferência, no **PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados da solicitação do (a) Pregoeiro (a), ou Equipe de Apoio, sob pena de inabilitação.
- 8.12.4 O (a) Pregoeiro (a), ou a Equipe de Apoio, não se responsabilizará por documentos recebidos fora do prazo, cujo atraso ou extravio se deva à falta de informações suficientes no envelope, independentemente da data de protocolo na central de distribuição de correspondências do CREA-MG.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.12.5** O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 8.12.6** Documentos com Chancela Eletrônica contida nos mesmos e que podem ter suas autenticidades confirmadas através do site do órgão competente, equivalem a via Original emitida pelo Órgão, assim não é necessária a autenticação cartorária destes.
- 8.13** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, caso atenda a todas as demais exigências do Edital e seus Anexos.
- 8.13.1** A declaração da vencedora acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.14** **CASO A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEJA OFERTADA POR MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA, E UMA VEZ CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA RESTRIÇÃO NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, A MESMA SERÁ CONVOCADA PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APÓS A DECLARAÇÃO DA VENCEDORA, COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO REQUERIDA PELA LICITANTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA.**
- 8.14.1** As regularidades fiscais e trabalhistas são condições indispensáveis para a assinatura do contrato/ordem de serviço.
- 8.15** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e Anexos, com a reabertura da sessão pública.
- 8.16** **NO CASO DA LICITANTE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO DECRETO Nº 7.174/2010, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR O ROL DE DOCUMENTOS LISTADOS NO REFERIDO DECRETO, A FIM DE COMPROVAR O ATENDIMENTO AO BENEFÍCIO, ESPECIALMENTE O LISTADO NOS ARTIGOS 6º E 7º, ALÉM DE OUTROS DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SOLICITADOS PELO (A) PREGOEIRO (A) PARA OS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS, NÃO EXCLUINDO AS DILIGÊNCIAS QUE PORVENTURA VIEREM A SER NECESSÁRIAS.**
- 8.17** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.18** **SERÁ INABILITADA A LICITANTE QUE NÃO COMPROVAR SUA HABILITAÇÃO, DEIXAR DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO, OU APRESENTÁ-LOS EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL E ANEXOS.**
- 8.19** No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.20** No julgamento da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.21** Serão aceitos documentos que, relativamente à regularidade fiscal, expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, nem determinada





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

pelo (a) Pregoeiro (a), expedido há 180 (cento e oitenta) dias, no máximo, da data de apresentação das propostas. Não estão incluídos neste dispositivo os atestados de capacidade técnica.

- 8.22** A documentação exigida deverá ter data de validade até a data da convocação para apresentação.
- 8.23** Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras, ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem as exigências de habilitação.
- 8.24** Não será permitido, em nenhuma hipótese, o recebimento de qualquer dos documentos exigidos fora das datas e horários estipulados neste Edital, ressalvados o direito do (a) Pregoeiro (a) em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.
- 8.25** O CREA-MG não se responsabilizará por documentação e propostas enviadas via postal ou entregues em outros setores que não seja o estipulado neste Edital.
- 8.26** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 8.27** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 8.28** A apresentação da proposta comercial por parte da licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste Edital.
- 8.29** O (a) Pregoeiro (a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
- 8.30** **QUANDO TODAS AS LICITANTES FOREM INABILITADAS, O (A) PREGOEIRO (A) PODERÁ FIXAR-LHES O PRAZO DE 08 (OITO) DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS, ESBOÇADOS DAS CAUSAS REFERIDAS NO ATO DE INABILITAÇÃO, RETOMANDO A PRIMEIRA COLOCADA NA FASE DAS PROPOSTAS.**
- 8.31** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9 DAS AMOSTRAS, TESTES E APRESENTAÇÕES**

- 9.1** Não há Amostras, Testes ou Apresentações neste certame, passa-se, após a Fase de Habilitação, a Intenção de Recurso.

## **10 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 10.1** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato/ordem de serviço, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º, da LC



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2** Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

- 10.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 10.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 10.2.3** A licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas às regras de desempate previstas neste Edital, será convocada tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances.
- 10.2.4** O direito de preferência previsto neste Edital deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pela licitante subsequente.
- 10.2.5** Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, conforme previsto neste Edital.
- 10.2.6** Finalizado o procedimento, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, a negociação será realizada.
- 10.2.7** Declarada a vencedora, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

## **11 DOS RECURSOS**

**11.1 DECLARADA A VENCEDORA E DECORRIDA A FASE DE REGULARIZAÇÃO FISCAL DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA, SE FOR O CASO, SERÁ CONCEDIDO O PRAZO DE, NO MÍNIMO, 30 (TRINTA) MINUTOS PARA QUE QUALQUER LICITANTE MANIFESTE A INTENÇÃO DE RECORRER, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, DE FORMA MOTIVADA, ISTO É, INDICANDO CONTRA QUAL(IS) DECISÃO(ÕES) PRETENDE RECORRER E POR QUAIS MOTIVOS.**

**11.2** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o (a) pregoeiro (a) autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora, conforme Art. 44, § 3º do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

**11.3** Havendo quem se manifeste, caberá ao (à) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

- 11.3.1** Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.3.2** A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.3.3** **UMA VEZ ADMITIDO O RECURSO, O RECORRENTE TERÁ, A PARTIR DE ENTÃO, O PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS PARA APRESENTAR AS RAZÕES, PELO SISTEMA ELETRÔNICO, FICANDO OS DEMAIS LICITANTES, DESDE LOGO, INTIMADOS PARA, QUERENDO, APRESENTAREM CONTRARRAZÕES TAMBÉM PELO SISTEMA ELETRÔNICO, EM OUTROS 03 (TRÊS) DIAS, QUE COMEÇARÃO A CONTAR DO TÉRMINO DO PRAZO DO RECORRENTE, SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À DEFESA DE SEUS INTERESSES.**

**11.4** O (a) Pregoeiro (a) poderá negar admissibilidade ao recurso:



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.4.1 Interposto fora do prazo definido no Edital.
- 11.4.2 Quando o recorrente não motivar o pedido.

11.5 Manifestado o interesse de recorrer, e apresentada à motivação, o (a) Pregoeiro (a) poderá:

- 11.5.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.
- 11.5.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão.
- 11.5.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.1.1 O (a) Pregoeiro (a) precederá a adjudicação após a análise de todos os documentos enviados durante o certame remetidos ao CREA-MG originais ou cópias autenticadas.

12.1.1.1 Documentos com Chancela Eletrônica contida nos mesmos e que podem ter suas autenticidades confirmadas através do site do órgão competente, equivalem a via Original emitida pelo Órgão, assim não é necessária a autenticação cartorária destes.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.

## 13 DO TERMO DE INSTRUMENTO

13.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou Aceito Instrumento Equivalente (ANEXO IV), cuja vigência está expressa no Termo de Referência (ANEXO I), podendo ser alterado nos termos dos art. 57 e 58 da Lei n.º 8.666/1993.

13.1.1 O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

13.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo, para verificação de eventuais irregularidades e impedimentos.

13.2.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 13.2.1.1** O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 13.3** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou Aceite do Instrumento Equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3.1** O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).
- 13.4 CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO/ORDEN DE SERVIÇO:**
- 13.4.1** O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato/ordem de serviço, bem como durante sua execução.
- 13.4.2** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato/ordem de serviço ou recuse-se a assiná-lo, ou não atenda às exigências do ANEXO I, serão convocadas as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato na forma da lei.
- 13.4.1** Caso a vencedora da licitação não faça a comprovação da documentação prevista, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato/ordem de serviço ou retirar o instrumento equivalente, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a reabertura da sessão pública, conforme as regras previstas no presente Edital, e o atendimento das demais exigências deste Edital, assinar o contrato/ordem de serviço, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 13.5.1** A seguradora contratada deverá emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS após a ASSINATURA DO CONTRATO, na qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados, prazo de vigência e condições contratuais.
- 13.5.2** As coberturas contratadas terão vigência imediatamente após a ASSINATURA DO CONTRATO, devendo a empresa contratada arcar com todos os sinistros ocorridos após esta data.
- 13.5.3** Para os segurados inscritos após a ASSINATURA DO CONTRATO, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia da admissão dos mesmos.
- 13.6** O Contrato será lavrado na forma da minuta anexa deste Edital. (**MODELO ANEXO IV**).
- 13.7** **FARÃO PARTE DO CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, TODAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO PRESENTE EDITAL, SEUS ANEXOS E A PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA APRESENTADA PELA LICITANTE.**
- 13.8** Em casos de divergência nas exigências deste Edital e as contidas no Contrato, prevalecerá o definido neste Edital.
- 13.9** Em caso de divergência nas exigências do Contrato e as contidas no Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

#### 14 DA GARANTIA

**14.1** Somente quando for assinado o termo de contrato, será exigido que a CONTRATADA apresente ao CREA-MG, em até **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (CINCO POR CENTO)** do valor constante da proposta comercial, mediante uma das seguintes modalidades:

**14.1.1** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**14.1.1.1** No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a empresa vencedora do certame poderá efetuar pagamento de boleto bancário emitido pelo CREA-MG.

**14.1.2** Seguro-garantia.

**14.1.3** Fiança-bancária.

**14.2** A garantia deverá ser mantida durante toda a execução do contrato.

**14.3** No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

**14.4** No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao CREA-MG dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 8.666/1993.

**14.5** A garantia, ou seu saldo, somente será restituída à empresa CONTRATADA após o recebimento definitivo do objeto do presente certame.

**14.6** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CREA-MG recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela CONTRATADA, com o intuito de reparar tais danos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS** após sua notificação.

#### 15 DA VIGÊNCIA

**15.1** O contrato terá a vigência de **12 (DOZE) MESES**, a partir da assinatura da Ordem Compra/Serviço, prorrogáveis nos termos da Lei nº 8.666/93.

#### 16 DO PREÇO E REAJUSTE

**16.1** O preço convencionado ficará irrevogável por **12 (DOZE) MESES**, consoante legislação vigente. Poderá haver prorrogação após este período. Havendo prorrogação, o preço somente será reajustado na hipótese de acréscimo nos valores estabelecidos nas coberturas (Indenização por Morte - Qualquer Natureza/Causa, Indenização por Morte Acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Auxílio Funeral), cujo acréscimo ficará a critério da CONTRATANTE.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

### 17 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato ou equivalente.
- 17.2 São considerados beneficiários titulares os empregados do Conselho efetivos e comissionados.
- 17.3 A adesão será compulsória, abrangendo todos os componentes do grupo segurável – quadro de empregados do Crea-MG.
- 17.4 O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo contratado será na modalidade de **custeio não contributivo**, ou seja, o prêmio será pago integralmente pelo Crea-MG.
- 17.5 **O seguro de vida terá caráter individual, isto é, independentemente da quantidade de vidas ativas na apólice, o valor do prêmio a ser pago em caso de sinistro será o estabelecido no item 4.1 do Termo de Referência.**
- 17.6 A CONTRATANTE possui, no ato de elaboração do Termo de Referência, um total de **318 (trezentos e dezoito) empregados**, de provimento efetivo e recrutamento amplo ativos e esses serão amparados pelo objeto de contratação. O número de empregados poderá sofrer variação ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.
- 17.7 **A CONTRATADA não poderá impor quaisquer carências para os beneficiários**, constantes das relações a serem encaminhadas pelo Crea-MG, bem como para os posteriormente incluídos, desde que a inclusão se faça dentro do período de 30 (trinta) dias contados a partir do início da relação jurídica.
- 17.8 Os titulares serão excluídos do quadro de beneficiários, nos seguintes casos:
- I - Por morte;
  - II - Demissão;
  - III - Quando entrar em gozo de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração. Estes, quando do retorno da licença sem remuneração, retornarão como beneficiários sem prejuízos ao empregado.
- 17.9 As exclusões terão vigência cadastral a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da formalização da exclusão, salvo na hipótese de óbito do beneficiário.
- 17.10 As comunicações de inclusões diárias e exclusões mensais de beneficiários serão realizadas formalmente pelo Crea-MG à licitante contratada, sendo que a sua frequência dependerá, exclusivamente, do fluxo mensal de contratações, desligamentos e inclusões e/ou exclusões de dependentes.
- 17.11 Não haverá prazo de carência, **nem a realização de exames médicos**, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.
- 17.12 A seguradora fornecerá a cada um dos segurados um Certificado Individual no início de cada seguro e nas renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e segurado, data de início e término da vigência da cobertura e capitais segurados.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 17.13** O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.
- 17.14** Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, será paga conforme legislação vigente.
- 17.15** Os beneficiários do seguro poderão ser alterados a qualquer tempo pelo segurado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio da CONTRATANTE.
- 17.16** As coberturas dos planos deverão cobrir inclusive acidentes de trabalho ocorridos, dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE.
- 17.17** A prestação de serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelos termos do Edital, pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, em conformidade com a legislação em vigor, em especial as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 17.18** A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos ou coberturas contratadas pelo Crea-MG, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento.
- 17.19** A cobertura securitária será de abrangência em todo território nacional devendo ter, no mínimo, serviço de central telefônica para acionamento imediato em qualquer localidade.

## **18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 18.1** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato ou equivalente.
- 18.2** A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema de atendimento eletrônico ou por meio de Central de Atendimento com ligação gratuita (0800).
- 18.3** A CONTRATADA deverá disponibilizar uma equipe de consultoria para acompanhamento do contrato, bem como para a realização de trabalhos de divulgação e manutenção.
- 18.4** A CONTRATANTE encaminhará à seguradora contratada uma relação completa e atualizada de todo o grupo segurável, constando o nome completo, data de nascimento e o número do CPF de cada um dos empregados, para que a CONTRATADA possa emitir a apólice.
- 18.5** Na ocorrência de sinistros, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente a seguradora, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação básica necessária, conforme definido nas condições gerais do seguro.
- 18.6** O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.
- 18.7** São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados.
- 18.8** A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 18.9** A cobertura securitária será de abrangência em todo território nacional devendo ter, no mínimo, serviço de central telefônica para acionamento imediato em qualquer localidade.

## **19 DO PAGAMENTO**

- 19.1** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário ou boleto, na data do vencimento avençada no instrumento contratual, após o recebimento definitivo, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

- 19.1.1** A Nota Fiscal deverá ser emitida no valor bruto para o Crea-MG, sempre após **30 (TRINTA) DIAS** de prestação do serviço, com prazo para pagamento de **20 (VINTE) DIAS CORRIDOS**.

- 19.2** A frequência do pagamento está estabelecida no Termo de Referência e no Termo de Contrato ou equivalente.

- 19.2.1** A primeira Nota Fiscal deverá ser emitida após 30 (TRINTA) DIAS de contrato vigente e assim sucessivamente.

- 19.3** Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

- 19.3.1** Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo as mesmas apresentar condição negativa ou positiva com efeito negativa:

**19.3.1.1** Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal.

**19.3.1.2** Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

**19.3.1.3** Certidão de Débitos Tributários (CDT) - Certidão Negativa de Débito Estadual.

**19.3.1.4** Certidão Negativa de Débito Municipal.

**19.3.1.5** Consulta Regularidade do Empregador (FGTS).

**19.3.1.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

- 19.3.2** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida após o período de faturamento da mesma.

- 19.3.3** O pagamento das parcelas está condicionado à apresentação dos relatórios/medições elaborados com a observância do Termo de Referência.

- 19.3.4** A emissão das Notas Fiscais/Faturas estará condicionada à aprovação formal dos Relatórios/Medições.

- 19.4** O pagamento será processado, conforme Termo de Referência e/ou Termo de Contrato ou equivalente, de acordo com a comprovação do serviço/produto realizado, com a emissão de relatório e a anuência da Fiscalização do Contrato, mediante a apresentação das notas fiscais discriminativas, no prazo de até **20 (VINTE) DIAS CORRIDOS**, contados após o “aceite” dos serviços, pelo Fiscal de Contrato e após **30 (TRINTA) DIAS** de prestação do serviço.

- 19.5.** O Fiscal de Contrato disporá de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, para o “aceite” dos serviços/produtos e encaminhamento ao setor responsável pelo processamento do pagamento. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência, a nota ou serviço não serão aceitos ou o bem devolvido, ficando a cargo da CONTRATADA a sua correção ou reposição, sendo sustado o pagamento.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 19.6** As Notas Fiscais da CONTRATADA deverão conter os valores unitários e descrições idênticas às estipuladas na Proposta Comercial, conforme estipulado na planilha apresentada no processo licitatório, prevalecendo para efeitos de pagamento o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações de centavos.
- 19.7** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 19.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 19.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.
- 19.11** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente.
- 19.12** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.12.1** Sobre o valor devido à CONTRATADA, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1540 de 05 de janeiro de 2015.
- 19.12.2** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 19.12.3** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.12.4** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições federais abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.13 O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ AUTORIZADO DEPOIS DE EFETUADO O “ATESTO” PELO FISCAL DO CONTRATO NA NOTA FISCAL APRESENTADA, CONDICIONADO ESTE ATO À VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA MESMA E DOS DOCUMENTOS PERTINENTES.**
- 19.14** O pagamento será feito em até **20 (VINTE) DIAS CORRIDOS**, após o aceite da Nota Fiscal e documentos pertinentes pelo Fiscal do Contrato e após **30 (TRINTA) DIAS** de prestação do serviço.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**19.15** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**19.15.1** Caso a documentação esteja irregular ou faltando, o CREA-MG devolverá a nota fiscal até a regularização da documentação.

**19.16** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**19.16.1** Não produziu os resultados acordados.

**19.16.2** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

**19.16.3** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**19.17** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CREA-MG, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e JUROS DE MORA, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100/365)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP= Valor das parcelas em atraso.

## 20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**20.1** A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará, nos termos do art.7º da Lei nº 10.520/2002, impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**20.1.1** Para condutas: apresentar documentação falsa, fraudar a execução do contrato/ordem de serviço, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal e fizer declaração falsa, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ordem de serviço.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**20.1.2** O retardamento da execução do objeto, estará configurado quando a CONTRATADA:

**20.1.2.1** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato/ordem de serviço, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço.

**20.1.2.2** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato/ordem de serviço por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**20.1.2.3** A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CREA-MG, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa às seguintes penalidades:

- I** – Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular do contrato, que não resulte em prejuízo para o serviço deste Regional.
- II** – Aplicação de multa administrativa a ser calculada sobre o valor total do contrato, em conformidade com as tabelas de gradação abaixo, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrada judicialmente.
- III** – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este CREA/MG, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 de lei 8.666/93.
- V** – Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou decorrente da fase de lances verbais ou da negociação direta ou as enviadas por meio de e-mail, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

**20.1.3** A falha na execução do contrato/ordem de serviço estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5

**20.1.4** O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**20.1.5** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**Tabela 2**

GRAU	VALOR DA MULTA (% DO VALOR DO CONTRATO)
1	2,00
2	4,00
3	7,00
4	10,00

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO (aplica-se no que couber)	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência
10	Retirar das dependências do CREA-MG quaisquer equipamentos ou materiais de propriedade do Conselho sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE: (aplica-se no que couber)</b>			
11	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
12	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
13	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
15	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
16	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
17	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	2	Por ocorrência e por dia





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

18	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida.	4	Por ocorrência e por dia
19	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação.	4	Por ocorrência e por dia
20	Entregar a garantia contratual nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia
21	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia

**20.2** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ordem de serviço a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa:
  - b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela questionada do serviço/produto, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
  - b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor da parcela questionada do serviço/produto, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato/ordem de serviço;
  - b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela questionada do serviço/produto, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato/ordem de serviço.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- e) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art.4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**20.2.1** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**20.2.2** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” e “e” do subitem 20.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**20.2.3** A sanção estabelecida nas alíneas “d” e “e” do subitem 20.2 são de competência exclusiva da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**20.3** As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo (órgão ou entidade).



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 20.4** O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente no CREA-MG em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 20.4.1** Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 20.4.2** Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 20.4.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa.
- 20.4.4** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, deverá ser complementado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE.
- 20.5** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.
- 20.6** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.7** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação das penalidades descritas nas alíneas “d” e “e” do subitem 20.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.
- 20.8** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 20.9** Demais condições estabelecidas no CONTRATO (ANEXO IV) e conforme disposto no Termo de Referência.
- 20.10** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.11** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 20.12.1** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 20.12.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 20.13** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**21 DA VISITA TÉCNICA**

21.1 Não há a necessidade de visita técnica neste certame.

**22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.1 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, podendo ser impugnado por irregularidade na aplicação das disposições legais.

22.2 **QUALQUER PESSOA PODERÁ IMPUGNAR O ATO CONVOCATÓRIO DO PREGÃO ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DESIGNADA PARA A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

22.3 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoescrea@crea-mg.org.br](mailto:licitacoescrea@crea-mg.org.br) ou por petição dirigida e protocolada no endereço da Av. Álvares Cabral, n.º: 1.600, 4º andar, Bairro: Santo Agostinho, CEP: 30.170-917, Belo Horizonte/MG.

22.3.1 O (a) Pregoeiro (a) ou a Equipe de Apoio não se responsabilizarão por documentos recebidos fora do prazo, cujo atraso ou extravio se deva à falta de informações suficientes no envelope, independentemente da data de protocolo na central de distribuição de correspondências do CREA-MG.

22.4 No último dia do prazo, as impugnações realizadas na forma eletrônica pelo e-mail [licitacoescrea@crea-mg.org.br](mailto:licitacoescrea@crea-mg.org.br) só serão apreciadas caso tenham sido encaminhadas até às 17h00min deste dia, sendo consideradas intempestivas eventuais impugnações enviadas por e-mail após este horário.

22.5 O (A) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (DOIS)** dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

22.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso o acolhimento modifique a formação de preços da proposta comercial.

22.7 **OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS REFERENTES A ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DEVERÃO SER ENVIADOS AO (À) PREGOEIRO (A) EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTERIORES À DATA DESIGNADA PARA A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, EXCLUSIVAMENTE POR FORMA ELETRÔNICA, PELO E-MAIL [LICITACOESCREA@CREA-MG.ORG.BR](mailto:LICITACOESCREA@CREA-MG.ORG.BR).**

22.8 O prazo final para esclarecimentos do (a) Pregoeiro (a) é de até **02 (DOIS) DIAS ÚTEIS** contados da data de recebimento do pedido. A divulgação será feita exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no Portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

22.9 No último dia do prazo, os pedidos de esclarecimentos só serão apreciados caso tenham sido encaminhados até às 17h00min deste dia, sendo considerados intempestivos eventuais pedidos de esclarecimentos enviados após este horário.

22.10 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.11 A Administração poderá, a qualquer momento, pronunciar a existência de vício no Edital, sendo-lhe lícito promover a invalidação parcial ou total, conforme o vício verificado.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 22.12** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo (a) Pregoeiro (a) serão divulgados no Portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no sítio do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br>) e serão juntados aos autos do processo licitatório, estando disponível para consulta por qualquer interessado.
- 22.13** Qualquer modificação no Edital e seus Anexos exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.14** As empresas e/ou representantes que obtiverem o instrumento convocatório e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no Portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e publicações em jornais quando for o caso, com vista a possíveis avisos, esclarecimentos, impugnações, alterações e outros.
- 22.15 AS RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS, BEM COMO OS AVISOS, ADEREM A ESTE EDITAL TAL COMO SE DELE FIZESSEM PARTE, VINCULANDO A ADMINISTRAÇÃO, AS LICITANTES E QUAISQUER INTERESSADOS.**

## **23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) Pregoeiro (a).
- 23.2** No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e relevar omissões puramente formais dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.3** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8** O Edital está disponível, na íntegra, nos endereços eletrônicos Portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no sítio do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br>).



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 23.9** É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.10** É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela, após aberta a sessão do Pregão.
- 23.11** Todo e qualquer ônus referente a direito de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros de direito de terceiros, bem como a responsabilidade por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá responder pelos mesmos e defender a CONTRATANTE, em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- 23.12** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 23.13** Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 23.14** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.
- 23.15** Os casos omissos ou de dúvida interpretação, anteriores ou posteriores à abertura das propostas, são de exclusiva deliberação e julgamento do (a) Pregoeiro (a), levando-se sempre em conta o superior interesse do CREA-MG.
- 23.16** O CREA-MG não considerará qualquer alegação da licitante no que diz respeito a omissão, incompreensão ou incorreta interpretação deste Edital ou de seus anexos.
- 23.17** Os dados fornecidos às licitantes para informações e preparo das propostas não excluem sua total responsabilidade, ficando a seu critério efetuar averiguações próprias, no sentido de cientificar-se das condições que poderão afetar o custo do fornecimento dos materiais e/ou serviços/produtos.
- 23.18** Em razão da natureza jurídica de entidade autárquica federal do CREA-MG, o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte é competente para conhecer e julgar as questões judiciais decorrentes deste Pregão.
- 23.19** Em caso de expressa divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as descritas no Termo de Referência.
- 23.20** É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta Licitação.
- 23.21** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- |                |           |                                |
|----------------|-----------|--------------------------------|
| <b>23.21.1</b> | ANEXO I   | Termo de Referência.           |
| <b>23.21.2</b> | ANEXO I-A | Informações do Grupo Segurado. |
| <b>23.21.2</b> | ANEXO II  | Planilha Orçamentária.         |
| <b>23.21.3</b> | ANEXO III | Modelo de Proposta Comercial.  |





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**23.21.4 ANEXO IV** Minuta do Termo de Contrato.

Belo Horizonte/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Mara Emília Novaes Marinho**  
**Pregoeira**  
**Portaria 191/2022**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1** Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de **seguro de vida em grupo com cobertura para morte por qualquer natureza/causa e acidentes pessoais para os empregados do Crea-MG, com adesão compulsória e não contributária, e cobertura adicional em Auxílio Funeral**, conforme detalhado neste documento, cujos serviços serão utilizados pelos empregados do Crea-MG, conforme as condições definidas no Termo de Referência, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados – MF (SUSEP).

**1.2** O contrato de prestação de serviços tem previsão de início em **01/04/2023, com vigência de 12 (doze) meses**.

**Observação:** O atual contrato, CPS 0075/2021, tem vigência até 30/11/2022, e diante da incerteza quanto ao prazo da conclusão deste processo, um novo contrato nos mesmos moldes do contrato atual (cobertura somente de morte acidental e auxílio funeral) será firmado, encerrando-o antecipadamente em conformidade com o andamento da contratação deste Termo de Referência.

**1.3** O objeto a ser contratado corresponde a um serviço de **natureza comum**, sendo possível definir padrões de desempenho e qualidade, segundo especificações usuais no mercado. Ademais, são serviços comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado. Dessa forma, o objeto se enquadra na definição estabelecida pelo Acórdão 313/2004 – TCU Plenário e Lei nº 10.520/2002.

**1.4** O objeto deste Termo de Referência possui **caráter continuado**, em hipótese alguma podendo ser interrompido dada a natureza dos serviços envolvidos (benefício concedido pelo empregador).

**1.5** A natureza do objeto desta contratação (seguro de vida em grupo e acidentes pessoais para os empregados do Crea-MG) **não permite que o mesmo seja parcelado**, pois é tecnicamente inviável que tal serviço seja prestado por entes distintos. A apólice de seguro é emitida pela seguradora abrangendo todos os empregados ativos do Crea-MG, contendo, portanto, toda a cobertura contratada.

**1.6 Estudo Técnico Preliminar** segue anexo a este Termo de Referência, contendo análise financeira e operacional da prestação do serviço de seguro de vida aos empregados do Crea-MG.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1** O Crea-MG possui como missão a defesa da sociedade da prática ilegal das atividades técnicas e exige a presença declarada de profissionais legalmente habilitados, com conhecimento e atribuições específicas, na condução dos empreendimentos e execução dos serviços de engenharia, agronomia e geociências. Assim, constam como atividades principais do Conselho: a. verificar e fiscalizar o exercício e a atividade profissional de engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia; b. registrar profissionais e empresas; c. habilitar os profissionais e empresas para o exercício de atividades afins; d. zelar pelo acervo técnico dos profissionais; e. instaurar, instruir e julgar processos relativos à má conduta profissional.

**2.2** Para que o Crea-MG atue adequadamente em sua missão institucional, é fundamental que estabeleça uma gestão eficaz do seu capital humano, representado através dos seus empregados,



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

estagiários, terceirizados e seus menores aprendizes. Conforme citado, a concessão do benefício de seguro de vida visa gerenciar riscos e prevenir imprevistos, proporcionando o pagamento de uma indenização financeira ao empregado, no caso de acidentes pessoais, ao(s) seu(s) dependentes em caso de morte, como também, a assistência funeral.

**2.3** Entendemos que para o Crea-MG, assim como qualquer outra empresa ou órgão público, fornecer o benefício de seguro de vida aos seus empregados é de fundamental importância, pois a contratação dos referidos serviços faz parte da política de valorização do quadro funcional, de forma que seus beneficiários não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo a tranquilidade necessária para a execução de suas tarefas, tranquilidade esta que abrange os empregados e sua família. Assim, esta contratação visa gerenciar riscos e prevenir imprevistos, proporcionando o pagamento de uma indenização financeira ao empregado, no caso de acidentes pessoais, ao(s) seu(s) dependentes em caso de morte, como também, a assistência funeral. Trata-se da manutenção de um benefício já concedido aos empregados do Crea-MG, vigente desde 2019.

### 3. TITULARES DO BENEFÍCIO DE SEGURO DE VIDA E AUXILIO FUNERAL

**3.1** São considerados beneficiários titulares os empregados do Conselho efetivos e comissionados.

**3.2** A adesão será compulsória, abrangendo todos os componentes do grupo segurável – quadro de empregados do Crea-MG.

**3.3** O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo contratado será na modalidade de **custeio não contributivo**, ou seja, o prêmio será pago integralmente pelo Crea-MG.

**3.4** O seguro de vida terá caráter individual, isto é, independentemente da quantidade de vidas ativas na apólice, o valor do prêmio a ser pago em caso de sinistro será o estabelecido no item 4.1.

### 4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**4.1** O objeto desta contratação deverá contemplar os itens abaixo:

Item/Descrição	Capital Segurado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/Causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

**a. Indenização por Morte – Qualquer Natureza/Causa** - Garante o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário(s) do segurado, em caso de falecimento do segurado durante a vigência do seguro, no caso de morte por qualquer natureza/causa, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**b. Indenização por Morte Acidental** – pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s) do segurado, no caso de morte por acidente, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**c. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente** – pagamento de uma indenização ao próprio beneficiário, em decorrência de invalidez permanente, total ou parcial por acidente, relativa à perda



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

anatômica funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física, causada por acidente coberto que ocorra a partir da data estabelecida para início de vigência desta cláusula. A indenização corresponderá a um percentual de até 100% do capital segurado para a cobertura relativa à Morte Acidental. O cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**d. Auxílio-funeral** - cujo valor será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser pago ao(s) dependente(s) por ocasião do falecimento do beneficiário empregado.

**4.2** Não haverá prazo de carência, **nem a realização de exames médicos**, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

**4.3** A seguradora contratada deverá emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, na qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados, prazo de vigência e condições contratuais.

**4.4** A contratante encaminhará à seguradora contratada uma relação completa e atualizada de todo o grupo segurável, constando o nome completo, data de nascimento e o número do CPF de cada um dos empregados, para que a contratada possa emitir a apólice.

**4.5** A seguradora fornecerá a cada um dos segurados um Certificado Individual no início de cada seguro e nas renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e segurado, data de início e término da vigência da cobertura e capitais segurados.

**4.6** Na ocorrência de sinistros, a contratante deverá avisar imediatamente a seguradora, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação básica necessária, conforme definido nas condições gerais do seguro.

**4.7** O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.

**4.8** São de inteira responsabilidade da contratada todas as despesas com a implantação do plano, tais como criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados.

**4.9** As coberturas contratadas terão vigência imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a empresa contratada arcar com todos os sinistros ocorridos após esta data.

**4.10** Para os segurados inscritos após a assinatura do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia da admissão dos mesmos.

**4.11** Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, será paga conforme legislação vigente.

**4.12** Os beneficiários do seguro poderão ser alterados a qualquer tempo pelo segurado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio da contratante.

**4.13** As coberturas dos planos deverão cobrir inclusive acidentes de trabalho ocorridos, dentro ou fora das dependências da contratante.

**4.14** A prestação de serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelos termos do edital, pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, em conformidade com a legislação em vigor, em especial as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**4.15** A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos ou coberturas contratadas pelo CREA-MG, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento.

**4.16** A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.

**4.17** A cobertura securitária será de abrangência em todo território nacional devendo ter, no mínimo, serviço de central telefônica para acionamento imediato em qualquer localidade.

## 5. DADOS DO GRUPO SEGURADO



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**5.1** A Contratante possui, no ato de elaboração deste Termo de Referência, um total de **318 (trezentos e dezoito) empregados**, de provimento efetivo e recrutamento amplo ativos, onde estes serão amparados pelo objeto de contratação. O número de empregados poderá sofrer variação ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que por ventura ocorram no quadro da contratante.

## 6. PREÇO DOS SERVIÇOS

**6.1** O valor unitário deverá ser linear, isto é, valor igual para todos os beneficiários empregados independentemente da idade, sendo apresentados da seguinte forma:

Item/Descrição	Valor Cobertura	Quant	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)	318 (trezentos e dezoito)	R\$	R\$	R\$
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)				

*Obs.: O número de empregados ativos poderá sofrer alteração, tanto na implementação quanto ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que por ventura ocorram no quadro da contratante.*

**6.2** Não obstante a quantidade estimada no item 6.1, o valor efetivamente pago mensalmente pelo Crea-MG dependerá da quantidade de vidas integrantes da apólice, levando em conta que o quadro de empregados do Crea-MG poderá sofrer variações (inclusões/exclusões) ao longo da vigência.

## 7. PRAZOS DE CARÊNCIAS, INCLUSÕES E EXCLUSÕES DA CARÊNCIA

**7.1 A CONTRATADA não poderá impor quaisquer carências para os beneficiários**, constantes das relações a serem encaminhadas pelo Crea-MG, bem como para os posteriormente incluídos, desde que a inclusão se faça dentro do período de 30 (trinta) dias contados a partir do início da relação jurídica.

**7.2** Os titulares serão excluídos do quadro de beneficiários, nos seguintes casos:

I - Por morte;

II - Demissão;

III - Quando entrar em gozo de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração. Estes, quando do retorno da licença sem remuneração, retornarão como beneficiários sem prejuízos ao empregado.

**7.3** As exclusões terão vigência cadastral a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da formalização da exclusão, salvo na hipótese de óbito do beneficiário.

**7.4** As comunicações de inclusões diárias e exclusões mensais de beneficiários serão realizadas formalmente pelo Crea-MG à licitante contratada, sendo que a sua frequência dependerá, exclusivamente, do fluxo mensal de contratações, desligamentos e inclusões e/ou exclusões de dependentes.

## 8. CANAL PARA ORIENTAÇÃO E ESCLARECIMENTO





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**8.1** A Contratada deverá disponibilizar um sistema de atendimento eletrônico ou por meio de Central de Atendimento com ligação gratuita (0800).

## **9. EQUIPE DE CONSULTORES DE RELACIONAMENTO PARA ATENDIMENTO**

**9.1** A Contratada deverá disponibilizar uma equipe de consultoria para acompanhamento do contrato, bem como para a realização de trabalhos de divulgação e manutenção.

## **10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** São as sanções usuais para a generalidade dos objetos, conforme padrão estabelecido pelo Crea-MG.

## **11. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

**11.1** Emitir a nota fiscal no valor bruto para o CREA-MG, sempre após 30 (trinta) dias de prestação do serviço, com prazo para pagamento de 20 (vinte) dias corridos.

**11.2** O pagamento será realizado:

- mensalmente, sendo que a primeira nota fiscal deverá ser emitida após 30 (tinta) dias de contrato vigente e assim sucessivamente;
- por depósito bancário;
- no valor líquido, ficando retidos os impostos descritos na cláusula de retenção de impostos;
- somente com a apresentação das seguintes certidões válidas: CNDs do FGTS, da Receita Federal, do TST e das Fazendas Estadual e Municipal.

## **12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**12.1** O critério de julgamento será o de menor preço global.

## **13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA**

**13.1** Poderão participar do presente processo as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta cotação, que apresentarem CNDs do FGTS, da Receita Federal, do TST e das Fazendas Estadual e Municipal, em dia com os órgãos competentes.

**13.2** Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a empresa não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

**13.3** Portaria publicada em Diário Oficial, Atestado ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a fim de comprovar que a licitante detém autorização



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

para operação no ramo de seguros pertinentes ao objeto do certame, conforme descrito neste Termo de Referência.

#### **14. RETENÇÃO DE IMPOSTOS**

**14.1** Conforme IN SRF 1540, de 05/01/2015 - Para mercadorias/equipamentos: 5,85% (PIS - 0,65%, COFINS - 3%, CSLL - 1% e IR - 1,20%). Para serviços: 9,45% (PIS - 0,65%, COFINS - 3%, CSLL - 1% e IR - 4,80%) e ISS conforme Lei Complementar 116/2003. Lembramos que para os optantes pelo "SIMPLES NACIONAL" é necessário que seja informado na NF e encaminhado com a mesma a Declaração de Opção.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_

Assinatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO I-A  
INFORMAÇÕES DO GRUPO SEGURADO

SEXO	DATA DE NASCIMENTO
F	13/01/57
M	30/06/61
F	24/07/60
M	19/02/62
M	26/03/61
F	12/11/67
F	22/04/68
M	24/08/71
M	24/05/60
M	04/11/64
F	31/05/68
F	10/03/63
F	02/10/64
M	16/07/72
M	04/03/73
M	03/06/68
F	04/04/63
M	26/08/74
F	13/09/64
F	19/12/69
M	29/11/66
F	15/03/71
F	24/04/66
M	19/04/75
M	13/01/70
F	06/01/70
F	18/12/70
F	29/04/69
F	19/12/70
F	12/07/65
F	27/09/70
F	28/02/70
F	26/05/69
M	12/12/62
F	16/05/66
F	19/03/73
F	17/01/72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

F	25/07/70
M	28/06/67
F	23/06/67
F	17/11/63
F	13/02/71
M	10/01/69
M	04/06/61
M	02/12/76
M	22/07/61
M	10/09/62
F	25/07/71
F	22/03/70
F	26/12/72
M	09/10/73
F	13/05/62
F	13/06/71
F	03/07/69
F	04/05/72
F	30/01/69
M	18/05/73
F	21/07/67
M	21/11/63
M	03/09/66
M	17/05/74
F	24/01/64
M	21/11/57
F	29/09/66
F	02/09/70
M	05/06/76
F	25/11/65
M	17/12/61
M	01/01/58
M	15/08/60
M	10/08/58
F	10/11/72
M	19/09/78
M	12/07/68
F	20/08/65
M	21/09/66
M	31/03/53
M	21/07/63



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

M	05/09/65
M	28/11/71
M	26/10/63
F	01/05/74
M	29/06/56
M	13/12/63
M	14/01/68
F	18/11/68
F	16/08/75
F	10/05/82
M	20/05/68
F	07/06/73
M	06/07/66
M	16/08/65
M	08/04/68
M	21/04/72
F	05/07/72
M	16/12/67
M	03/10/65
F	13/12/78
F	19/07/69
M	17/07/63
M	31/05/64
M	06/07/81
M	25/06/72
F	01/09/79
F	03/04/83
F	14/07/75
F	23/10/78
M	11/06/81
M	19/08/78
F	17/10/74
F	31/12/80
M	15/09/78
M	20/06/68
M	18/07/76
F	24/11/74
F	01/12/77
M	12/09/74
F	16/11/66
M	17/02/70





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

F	22/08/70
M	04/09/82
F	01/05/80
F	21/08/86
F	10/10/77
F	22/05/65
F	12/08/82
M	07/03/86
M	04/10/82
M	13/05/76
M	10/07/84
F	20/09/86
M	10/11/84
M	31/03/70
M	26/10/68
F	29/09/68
M	29/09/81
F	06/08/77
F	25/08/81
M	12/10/84
M	30/04/75
M	20/01/86
M	24/09/69
F	09/12/78
M	17/12/70
M	15/11/72
F	04/02/81
M	29/03/81
M	11/12/82
M	08/07/78
F	12/08/74
F	09/01/78
F	18/08/85
M	04/08/80
M	17/06/75
M	27/06/87
M	20/07/83
M	05/02/88
F	01/04/79
M	28/02/87
M	03/03/85



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

F	13/10/82
F	31/12/76
F	14/11/80
F	06/11/75
M	08/09/74
M	10/07/84
M	23/12/70
F	27/07/68
M	14/04/68
M	07/12/85
M	15/09/59
M	01/09/83
M	01/03/77
M	24/01/88
M	12/07/66
M	05/12/79
M	28/01/80
M	28/08/71
M	16/08/80
F	08/10/69
M	09/09/64
M	13/09/78
F	19/09/81
F	08/02/78
M	24/03/81
F	06/02/74
M	29/08/79
F	25/09/64
M	17/05/71
M	19/12/74
M	14/04/67
M	13/02/85
M	16/04/83
M	25/12/86
M	28/02/83
M	09/09/83
F	10/04/87
F	24/07/83
F	24/01/75
F	09/03/74
M	30/07/78



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

F	14/08/63
F	24/11/83
F	22/11/81
M	20/08/75
M	10/09/76
F	15/01/78
M	02/08/87
M	26/02/60
M	11/03/87
M	23/04/64
F	26/07/65
M	13/05/77
M	10/07/86
M	24/08/67
F	06/08/68
F	20/08/78
F	05/04/57
M	12/08/79
F	11/08/75
F	07/10/85
F	09/05/66
F	07/05/83
F	02/08/79
F	13/02/80
M	16/02/70
M	17/10/72
M	08/01/77
M	22/06/81
M	26/08/76
F	26/02/78
M	20/07/81
F	24/09/83
M	15/10/69
F	19/02/88
M	07/07/70
M	15/03/85
F	06/11/82
F	14/04/83
F	17/08/76
M	20/05/63
M	23/03/69



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

M	02/11/61
M	23/09/81
F	16/01/85
M	13/11/83
F	16/08/96
F	19/04/90
F	06/06/83
F	15/06/89
F	28/06/81
M	17/09/82
M	11/02/84
F	28/07/82
F	27/10/82
M	16/11/80
M	19/01/87
F	22/11/84
M	02/10/90
F	21/10/65
F	04/12/70
F	17/07/84
F	04/04/81
M	07/10/82
M	27/05/64
F	06/05/86
M	26/06/56
M	17/04/86
F	05/03/92
M	26/04/68
M	15/10/87
M	05/06/86
M	22/06/81
F	04/12/86
F	07/05/94
M	10/07/71
M	29/09/82
F	06/01/69
F	03/09/91
M	26/03/92
F	22/06/64
M	23/12/60
M	09/07/88



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

M	28/06/56
M	23/05/80
M	21/06/88
M	04/04/61
M	08/11/57
M	17/05/61
M	02/04/58
M	13/08/56
M	21/07/61
M	17/12/87
M	12/03/75
M	28/06/92
M	19/03/94
F	06/03/95
F	08/03/65
M	28/10/84
F	09/01/71
M	01/11/95
M	10/04/81
M	26/04/88
M	05/11/93
M	18/08/58
F	31/10/63
F	15/11/77
M	13/05/91
M	26/07/91
M	03/12/92
M	02/12/62
F	28/01/94
M	01/11/86
M	04/07/97
M	08/11/92
M	24/11/97
F	13/07/95
M	07/11/88





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item/Descrição	Valor Cobertura	Quant	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)	318 (trezentos e dezoito)	R\$ 19,48	R\$ 6.194,64	R\$ 74.335,68
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)				

Obs.: O número de empregados ativos poderá sofrer alteração, tanto na implementação quanto ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.

**Obs.:** Não obstante a quantidade estimada, o valor efetivamente pago mensalmente pelo Crea-MG dependerá da quantidade de vidas integrantes da apólice, levando em conta que o quadro de empregados do Crea-MG poderá sofrer variações (inclusões/exclusões) ao longo da vigência.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Item/Descrição	Valor Cobertura	Quant	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)	318 (trezentos e dezoito)	R\$	R\$	R\$
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)				

*Obs.: O número de empregados ativos poderá sofrer alteração, tanto na implementação quanto ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.*

**Obs.: Não obstante a quantidade estimada, o valor efetivamente pago mensalmente pelo Crea-MG dependerá da quantidade de vidas integrantes da apólice, levando em conta que o quadro de empregados do Crea-MG poderá sofrer variações (inclusões/exclusões) ao longo da vigência.**

**Preço Global por extenso:** \_\_\_\_\_

**VALIDADE DA PROPOSTA 60 (SESSENTA) DIAS**

**Obs.:**

- 1 - Formulação dos preços com base no Edital e seus Anexos.
- 2 - Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados aos serviços/produtos que compõem o objeto da licitação.
- 3 - Condições de pagamento e faturamento, conforme Edital e seus Anexos.
- 4 - Obrigatório mencionar prazo de validade da proposta comercial (60 dias).
- 5 - Obrigatório datar a proposta comercial.
- 6 - Todos os itens deverão ser cotados.

**Dados da empresa a constar na proposta comercial:**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço (com CEP):

E-mail:

Telefone Fixo:

BANCO:

AGÊNCIA

CONTA:

**Dados do Representante Legal, para assinatura do contrato, a constar na proposta comercial:**

Nome:

CPF:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CPS-XXXX/2023

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS E A**

**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM COBERTURA PARA MORTE POR QUALQUER NATUREZA/CAUSA E ACIDENTES PESSOAIS PARA OS EMPREGADOS DO CREA-MG.**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ SOB O Nº 17.254.509/0001-63, SEDIADO NA AV. ÁLVARES CABRAL, N.º: 1.600, BAIRRO: SANTO AGOSTINHO, CEP: 30.170-917, BELO HORIZONTE/MG, DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE, ENG.º CIVIL **LUCIO FERNANDO BORGES**, PORTADOR DO CPF: 456.367.026-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE N.º: 35502/D EXPED. CREA-MG, , E O(A) ..... INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº ....., SEDIADO(A) NA ....., EM ....., DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(A) SR.(A) ....., PORTADOR(A) DO CPF Nº ....., E, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DE COMPRA/SERVIÇO Nº **0029/2023** E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DO DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DEMAIS DIPLOMAS PERTINENTES, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO **010/2023**, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na **contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de seguro de vida em grupo com cobertura para morte por qualquer natureza/causa e acidentes pessoais para os empregados do Crea-MG, com adesão compulsória e não contributária e cobertura adicional em Auxílio Funeral, cujos serviços serão utilizados pelos empregados do Crea-MG**, conforme as condições definidas no Termo de Referência, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados – MF (SUSEP), com vistas a atender as demandas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG.
- 1.1.1 Os serviços serão prestados nas condições e especificações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e Edital do Processo de Compra/Serviço alhures.
- 1.1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico 010/2023 e seus Anexos, identificado no preâmbulo, à Proposta Vencedora, datada de \_\_/\_\_/\_\_, e ao Processo de Compra/Serviço nº 0029/2023, independentemente de transcrição.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

### CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

2.1 O objeto desta contratação deverá contemplar os itens abaixo:

Item/Descrição	Capital Segurado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/Causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

**a) Indenização por Morte – Qualquer Natureza/Causa** - Garante o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário(s) do segurado, em caso de falecimento do segurado durante a vigência do seguro, no caso de morte por qualquer natureza/causa, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**b) Indenização por Morte Acidental** – pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s) do segurado, no caso de morte por acidente, no valor correspondente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**c) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente** – pagamento de uma indenização ao próprio beneficiário, em decorrência de invalidez permanente, total ou parcial por acidente, relativa à perda anatômica funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física, causada por acidente coberto que ocorra a partir da data estabelecida para início de vigência desta cláusula. A indenização corresponderá a um percentual de até 100% do capital segurado para a cobertura relativa à Morte Acidental. O cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**d) Auxílio-funeral** - cujo valor será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser pago ao(s) dependente(s) por ocasião do falecimento do beneficiário empregado.

**2.1.2** A CONTRATANTE possui, no ato de elaboração do Termo de Referência, um total de **318 (trezentos e dezoito) empregados**, de provimento efetivo e recrutamento amplo ativos e esses serão amparados pelo objeto de contratação. O número de empregados poderá sofrer variação ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.

2.2 O detalhamento das atividades a serem desenvolvidas para a realização do objeto devem ser efetuados conforme as condições, prazos e locais constantes no ANEXO I, Termo de Referência.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **12 (DOZE) MESES** e terá **INÍCIO NA DATA DE ASSINATURA DA ORDEM COMPRA/SERVIÇO**, prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

3.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente.

3.1.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço.

3.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

3.1.4 A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

3.2 O Contrato terá eficácia ao respeitar o prazo de publicação definido no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, prorrogáveis nos termos da Lei nº 8.666/93.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.
- 3.4 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA / REALIZAÇÃO DO OBJETO

- 4.1 A entrega e/ou realização do serviço será conforme Termo de Referência.
- 4.2 A seguradora contratada deverá emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, na qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados, prazo de vigência e condições contratuais.
- 4.3 O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.

#### CLÁUSULA QUINTA – LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 O objeto contratual será executado e entregue conforme Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SEXTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 A CONTRATANTE encaminhará à seguradora contratada uma relação completa e atualizada de todo o grupo segurável, constando o nome completo, data de nascimento e o número do CPF de cada um dos empregados, para que a contratada possa emitir a apólice.
- 6.2 A seguradora fornecerá a cada um dos segurados um Certificado Individual no início de cada seguro e nas renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e segurado, data de início e término da vigência da cobertura e capitais segurados.
- 6.3 Na ocorrência de sinistros, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente a seguradora, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação básica necessária, conforme definido nas condições gerais do seguro.
- 6.4 São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados. As coberturas contratadas terão vigência imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a empresa contratada arcar com todos os sinistros ocorridos após esta data.
- 6.5 Para os segurados inscritos após a assinatura do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia da admissão dos mesmos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR

- 7.1 O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, (\_\_\_\_\_), conforme Proposta Vencedora.

- 7.1.1 Os valores unitários são os seguintes:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

Item/Descrição	Valor Cobertura	Quant	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
Indenização por Morte - Qualquer Natureza/causa	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)	318 (trezentos e dezoito)	R\$	R\$	R\$
Indenização por Morte Acidental	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)				
Auxílio Funeral	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)				

Obs.: O número de empregados ativos poderá sofrer alteração, tanto na implementação quanto ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.

- 7.1.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CREA-MG para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

**6.2.2.1.1.01.04.01.006 SEGURO DE VIDA EMPREGADOS**

- 8.2** No(s) exercício(s) seguinte(s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

- 9.1** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário ou boleto, na data do vencimento, após o recebimento definitivo, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

- 9.2** A frequência do pagamento será **MENSAL**.

- 9.2.1** A Nota Fiscal deverá ser emitida no valor bruto para o Crea-MG, sempre após **30 (TRINTA) DIAS** de prestação do serviço, com prazo para pagamento de **20 (VINTE) DIAS CORRIDOS**.

- 9.2.2** A primeira Nota Fiscal deverá ser emitida após 30 (TRINTA) DIAS de contrato vigente e assim sucessivamente.

- 9.3** Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

- 9.3.1** Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo as mesmas apresentar condição negativa ou positiva com efeito negativa:

- 9.3.1.1** Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal.

- 9.3.1.2** Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.3.1.3** Certidão de Débitos Tributários (CDT) - Certidão Negativa de Débito Estadual.
  - 9.3.1.4** Certidão Negativa de Débito Municipal.
  - 9.3.1.5** Consulta Regularidade do Empregador (FGTS).
  - 9.3.1.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 9.4** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 9.5** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.6** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 9.7** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.8** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 9.9** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 9.9.1** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições federais abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.10** **O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ AUTORIZADO DEPOIS DE EFETUADO O “ATESTO” PELO FISCAL DO CONTRATO NA NOTA FISCAL APRESENTADA, CONDICIONADO ESTE ATO À VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA MESMA E DOS DOCUMENTOS PERTINENTES.**
- 9.11** O pagamento será feito em até **20 (VINTE) DIAS CORRIDOS** após o aceite da Nota Fiscal e documentos pertinentes pelo Fiscal do Contrato, sempre após **30 (TRINTA) DIAS** de prestação do serviço.
- 9.12** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
  - 9.12.1** Caso a documentação esteja irregular ou faltando, o CREA-MG devolverá a nota fiscal até a regularização da documentação.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**9.13** Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**9.13.1** Não produziu os resultados acordados.

**9.13.2** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

**9.13.3** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**9.14** Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do presente contrato assinado entre as partes.

**9.15** O CREA-MG efetuará o pagamento por meio de Depósito Bancário, na Conta da CONTRATADA, conforme especificado a seguir:

**9.15.1** Banco: \_\_\_\_\_  
Agência: \_\_\_\_\_  
Conta: \_\_\_\_\_

**9.16** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CREA-MG, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e JUROS DE MORA, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100/365)$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de compensação financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP= Valor das parcelas em atraso.

### CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

**10.1** O preço convencionado ficará irrevogável por 12 (doze) meses, consoante legislação vigente. Poderá haver prorrogação após este período. Havendo prorrogação, o preço somente será reajustado na hipótese de acréscimo nos valores estabelecidos nas coberturas (Indenização por Morte - Qualquer Natureza/Causa, Indenização por Morte Acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Auxílio Funeral), cujo acréscimo ficará a critério da CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**11.1** COMPETE À CONTRATADA:

**11.1.1** Entregar o produto e/ou prestar os serviços na data, horário e local solicitado previamente pelo CREA-MG, conforme definido neste Termo de Referência.

**11.1.2** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas na execução do objeto contratual, assim como outras que possam surgir.

**11.1.3** Cientificar imediatamente e por escrito ao CREA-MG sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto contratual.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.1.4** Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das legislações trabalhistas, fiscais, tributárias, comerciais e previdenciárias, resultantes da prestação de serviços (quando for o caso).
- 11.1.5** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 11.1.6** Regularizar as eventuais falhas na entrega do produto e/ou execução dos serviços, fora das especificações.
- 11.1.7** Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, apresentando sempre que exigido.
- 11.1.8** Exercer o controle, juntamente com o fiscal designado para acompanhamento dos serviços, da CONTRATANTE, sobre a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos (quando for o caso).
- 11.1.9** Responsabilizar-se por eventuais quebras, danos ou furtos ocasionais praticados por seus empregados, em instalações da CONTRATANTE, obrigando-se, desde já, a promover a reposição ou indenização correspondente, cabendo ainda a indenização pecuniária por danos morais que possam ser causados. O valor da indenização será descontado, na forma de glosa, no ato do pagamento de qualquer nota fiscal/fatura da CONTRATADA.
- 11.1.10** Manter sigilo sobre documentos elaborados, assuntos tratados, bem como àquelas situações das quais tenha acesso, e abster-se da execução de atividades alheias.
- 11.1.11** A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema de atendimento eletrônico ou por meio de Central de Atendimento com ligação gratuita (0800).
- 11.1.12** A CONTRATADA deverá disponibilizar uma equipe de consultoria para acompanhamento do contrato, bem como para a realização de trabalhos de divulgação e manutenção.
- 11.1.13** O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.
- 11.1.14** São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados.
- 11.1.15** A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.
- 11.1.16** A cobertura securitária será de abrangência em todo território nacional devendo ter, no mínimo, serviço de central telefônica para acionamento imediato em qualquer localidade.

#### 11.2 COMPETE À CONTRATANTE:

- 11.2.1** Indicar previamente por e-mail e/ou telefone a data, horário e local da execução do objeto.
- 11.2.2** Receber e aferir a Nota Fiscal a ser emitida pela CONTRATADA.
- 11.2.3** Efetuar o devido pagamento dos serviços prestados e nas condições pactuadas.
- 11.2.4** Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize.
- 11.2.5** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas
- 11.2.6** Impedir que terceiros, que não seja a CONTRATADA, efetuem os serviços prestados.
- 11.2.7** A CONTRATANTE encaminhará à seguradora contratada uma relação completa e atualizada de todo o grupo segurável, constando o nome completo, data de nascimento



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

e o número do CPF de cada um dos empregados, para que a CONTRATADA possa emitir a apólice.

- 11.2.8** Na ocorrência de sinistros, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente a seguradora, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação básica necessária, conforme definido nas condições gerais do seguro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1** A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pelo(a) Fiscal do Contrato, o(a) qual competirá zelar pela perfeita execução do compactado, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA.
- 12.2** São considerados beneficiários titulares os empregados do Conselho efetivos e comissionados.
- 12.3** A adesão será compulsória, abrangendo todos os componentes do grupo segurável – quadro de empregados do Crea-MG.
- 12.4** O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo contratado será na modalidade de **custeio não contributivo**, ou seja, o prêmio será pago integralmente pelo Crea-MG.
- 12.5** **O seguro de vida terá caráter individual, isto é, independentemente da quantidade de vidas ativas na apólice, o valor do prêmio a ser pago em caso de sinistro será o estabelecido no item 4.1 do Termo de Referência.**
- 12.6** A CONTRATANTE possui, no ato de elaboração do Termo de Referência, um total de **318 (trezentos e dezoito) empregados**, de provimento efetivo e recrutamento amplo ativos e esses serão amparados pelo objeto de contratação. O número de empregados poderá sofrer variação ao longo do contrato, em virtude de contratações e desligamentos que porventura ocorram no quadro da CONTRATANTE.
- 12.7** **A CONTRATADA não poderá impor quaisquer carências para os beneficiários**, constantes das relações a serem encaminhadas pelo Crea-MG, bem como para os posteriormente incluídos, desde que a inclusão se faça dentro do período de 30 (trinta) dias contados a partir do início da relação jurídica.
- 12.8** Os titulares serão excluídos do quadro de beneficiários, nos seguintes casos:  
I - Por morte;  
II - Demissão;  
III - Quando entrar em gozo de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração. Estes, quando do retorno da licença sem remuneração, retornarão como beneficiários sem prejuízos ao empregado.
- 12.9** As exclusões terão vigência cadastral a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da formalização da exclusão, salvo na hipótese de óbito do beneficiário.
- 12.10** As comunicações de inclusões diárias e exclusões mensais de beneficiários serão realizadas formalmente pelo Crea-MG à licitante contratada, sendo que a sua frequência dependerá, exclusivamente, do fluxo mensal de contratações, desligamentos e inclusões e/ou exclusões de dependentes.
- 12.11** Não haverá prazo de carência, **nem a realização de exames médicos**, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.12** A seguradora fornecerá a cada um dos segurados um Certificado Individual no início de cada seguro e nas renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e segurado, data de início e término da vigência da cobertura e capitais segurados.
- 12.13** O prazo de pagamento das indenizações em decorrência dos sinistros não poderá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, para todas as coberturas contratadas, contados a partir da entrega da documentação básica exigida.
- 12.14** Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, será paga conforme legislação vigente.
- 12.15** Os beneficiários do seguro poderão ser alterados a qualquer tempo pelo segurado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio da CONTRATANTE.
- 12.16** As coberturas dos planos deverão cobrir inclusive acidentes de trabalho ocorridos, dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE.
- 12.17** A prestação de serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelos termos do Edital, pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, em conformidade com a legislação em vigor, em especial as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 12.18** A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos ou coberturas contratadas pelo Crea-MG, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento.
- 12.19** A cobertura securitária será de abrangência em todo território nacional devendo ter, no mínimo, serviço de central telefônica para acionamento imediato em qualquer localidade.
- 12.20** Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- 12.21** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- 12.22** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
- 12.23** A CONTRATANTE monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.
- 12.24** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreenderão a mensuração dos seguintes aspectos:
- 12.24.1** Os resultados alcançados, com a verificação da qualidade demandada.
- 12.24.2** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados.
- 12.24.3** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**12.24.4** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

**12.24.5** A satisfação da CONTRATANTE.

**12.25** O Fiscal do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Parágrafo Primeiro do Artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**12.26** O Fiscal do Contrato fará o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**12.27** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**12.28** As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

**12.29** Uma vez recebida a documentação, o Fiscal do Contrato deverá apor a data de entrada na CONTRATANTE, assinar, e encaminhá-la para análise.

**12.30** O descumprimento reiterado das disposições desta cláusula e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

**12.31** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, pela CONTRATADA, dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**12.32** A Administração poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé, ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**12.33** Quando da rescisão contratual, o fiscal verificará o pagamento, pela CONTRATADA, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1** Cometerá infração administrativa, nos termos das Leis n.ºs 8.666, de 1993 e 10.520, de 2002 e dos Decretos n.ºs 3.555, de 2000 e 10.024, de 2019, a CONTRATADA que:

**13.1.1** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

**13.1.2** Fraudar na execução do contrato.

**13.1.3** Cometer fraude fiscal.

**13.1.4** Não manter a proposta.

**13.1.5** Não assinar o contrato no prazo estipulado pela CONTRATANTE.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 13.1.6** Apresentar documentação falsa.
  - 13.1.7** Deixar de entregar os documentos exigidos.
  - 13.1.8** Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade.
  - 13.1.9** Comportar-se de modo inidôneo.
  - 13.1.10** Fizer declaração falsa.
  - 13.1.11** Ensejar o retardamento da execução do contrato.
- 13.2** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções discriminadas abaixo:
- 13.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.
  - 13.2.2** Multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado, até no máximo de 10% (dez por cento).
  - 13.2.3** Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
  - 13.2.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
  - 13.2.5** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
  - 13.2.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.
- 13.3** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 13.4** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 13.5** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 13.6** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 13.6.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
  - 13.6.2** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação.
  - 13.6.3** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.7** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 13.7.1** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada no mês subsequente.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 13.7.2** Se os valores do mês subsequente forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 13.7.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 13.8** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.9** Decorridos 30 (TRINTA) DIAS sem que a empresa CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão.
- 13.10** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações Legais.
- 13.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.
- 13.12** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.13** Será devido pela CONTRATADA o pagamento dos valores excedentes, se os prejuízos superarem o valor da multa prevista neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

- 14.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis neste Contrato, no Termo de Referência, e no Edital.
- 14.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 14.3** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 14.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
  - 14.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
  - 14.4.3** Indenizações e multas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

- 15.1** É vedado à CONTRATADA:
- 15.1.1** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 15.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 15.1.3 Veicular publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 15.1.4 Subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA

- 16.1 Será exigido que a CONTRATADA apresente ao CREA-MG, em até **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (CINCO POR CENTO)** do valor constante da proposta comercial, mediante uma das seguintes modalidades:
  - 16.1.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
    - 16.1.1.1 No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a empresa vencedora do certame poderá efetuar pagamento de boleto bancário emitido pelo CREA-MG.
  - 16.1.2 Seguro-garantia.
  - 16.1.3 Fiança-bancária.
- 16.2 A garantia deverá ser mantida durante toda a execução do contrato.
- 16.3 No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 16.4 No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao CREA-MG dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 8.666/1993.
- 16.5 A garantia, ou seu saldo, somente será restituída à empresa CONTRATA após o recebimento definitivo do objeto do presente certame.
- 16.6 Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CREA-MG recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela CONTRATADA, com o intuito de reparar tais danos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS** após sua notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS

- 17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

- 18.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1** A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de multas, punições ou indenizações que porventura venham a ser impostas por órgãos fiscalizadores de suas atividades, bem como dos ônus decorrentes de sua repercussão sobre o objeto do contrato a ser firmado com a CONTRATANTE.
- 19.2** É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste Contrato.
- 19.3** É vedada a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da CONTRATADA aos gestores da CONTRATANTE.
- 19.4** A CONTRATADA deverá manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão e direção dos serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

- 20.1** A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os arts. 7º e 11 da Lei 13.709/2018 para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
  - b) o tratamento esteja limitado às finalidades do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
  - c) os sistemas operacionais utilizados para o armazenamento dos dados pessoais coletados deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação no Governo Federal;
  - d) os dados obtidos em virtude do CONTRATO ORIGINAL serão armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e
  - e) encerrada a vigência do CONTRATO ORIGINAL ou não mais havendo a necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se a CONTRATADA tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 20.2** As partes serão responsáveis, por si e por seus colaboradores, pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito do contrato, e caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos dados pessoais contra quaisquer das partes, elas deverão auxiliar-se mutuamente no levantamento de documentos e informações para a apresentação de defesa.
- 20.2.1** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e, também, de acordo com os artigos 42 a 45 da LGPD.
- 20.2.2** Caso as partes não garantam o tratamento adequado às finalidades deste contrato e à LGPD, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, a parte infratora:
- a) será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos colaboradores, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha acesso aos dados pessoais decorrentes deste contrato, sendo-lhe aplicável a responsabilidade pela reparação de eventuais danos patrimoniais e/ou morais, individuais ou coletivos causados, nos termos do art. 42 da LGPD.
- b) poderá ter o contrato rescindido, a critério da parte inocente.
- 20.3** As partes se comprometem ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação de programas/sistemas.
- 20.3.1** As partes obrigam-se e garantem que seus colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em decorrência dos serviços contratados, abstendo-se de divulgá-los, utilizá-los ou reproduzi-los, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no presente Contrato.
- 20.3.2** Caso a CONTRATADA seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, dever informar à CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 20.4** As partes se responsabilizam pela adoção de medidas técnicas e boas práticas organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, dispondo de processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão do contrato original e compatíveis com a legislação aplicável.
- 20.4.1** Poderão as partes estabelecer mecanismos próprios visando a segurança no compartilhamento de dados em razão deste contrato.
- 20.5** A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE ao receber solicitação do titular a respeito dos dados pessoais e responder qualquer solicitação no que tange a dados pessoais do solicitante nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.
- 20.6** Na ocorrência de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares cujos dados são tratados pela relação contratual, deverá a CONTRATADA:
- 20.6.1** Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares de dados ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE, que deverá controlar a redação final dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

**20.6.2** Notificar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais da CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis, devendo prestar as seguintes informações:

- a) data e hora do incidente e sua duração;
- b) data e hora da detecção;
- c) circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros;
- d) descrição dos dados pessoais e informações afetadas, como natureza e conteúdo dos dados pessoais, categoria e quantidade de dados e de titulares afetados e, se possível, a relação desses indivíduos;
- e) resumo do incidente de segurança com dados pessoais, com indicação da localização física e meio de armazenamento;
- f) possíveis consequências e efeitos negativos sobre os titulares dos dados afetados;
- g) dados de contato do encarregado ou, não havendo encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;
- h) medidas de segurança, técnicas e administrativas preventivas adotadas;
- i) resumo das medidas implementadas até o momento para controlar os possíveis danos;
- j) possíveis problemas de natureza transfronteiriça;
- k) outras informações úteis para elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), para proteção dos dados pessoais pelos titulares ou para prevenir possíveis danos.

**20.7** A critério do encarregado da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do CONTRATO ORIGINAL no tocante a dados pessoais.

**20.8** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**20.9** As partes consentem e concordam que para a execução do contrato original, a parte CONTRATADA atuará como OPERADOR de dados, conforme preceitua o art.52, VII, da Lei 13.709/18 e a parte CONTRATANTE atuará como CONTROLADOR dos dados pessoais em consonância com o art. 52, VI, da Lei 13.709/18.

**20.10** A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento acessar, modificar, eliminar, armazenar, transferir, compartilhar, coletar, entre outras formas de tratamento previstas na LGPD, dados pessoais, observando os limites e responsabilidades previstas nos termos da Lei nº 13.709/18.

**20.11** A CONTRATADA poderá, mediante solicitação por escrito da CONTRATANTE, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, eliminar os dados pessoais armazenados pela CONTRATADA e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos.

**20.12** Compete à CONTRATANTE compartilhar com a CONTRATADA apenas os dados que forem necessários para o estrito cumprimento do contrato.

**20.13** Caso o compartilhamento de dados seja necessário para o cumprimento do objeto do contrato original, poderá a CONTRATADA transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em virtude da presente relação contratual, e desde que haja autorização da CONTRATANTE para tanto, nos termos do artigo 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

- 21.1** É eleito o Foro da Justiça Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belo Horizonte/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Eng.º Civil Lucio Fernando Borges

Presidente

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
de Minas Gerais

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal da  
CONTRATADA

Cargo do Representante Legal da  
CONTRATADA

Nome da CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
Nome da Testemunha  
CPF da Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome da Testemunha  
CPF da Testemunha